



PATRIMONIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: UM ESTUDO ANÁLOGO DA FRANJA OESTE-SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E DA REGIÃO CAFETEIRA COLOMBIANA

Carlos Otávio Zamberlan
Carlos Buesa Buson
Cláudia Maria Sonaglio

Resumo

Patrimônio já extrapolou as regras tradicionais de materialização de bens para uma ideia de materialização e entendimento de valor em caráter identitário e institucional, que se outorga também às expressões culturais, recreativas naturais que são contempladas em espaços geográficos. A patrimonialização de territórios é uma forma de buscar seu desenvolvimento, tanto econômico como sociocultural. Este estudo busca entender a forma de patrimonialização feita na região cafeeira colombiana, que resultou na chancela de Paisagem Cultural Cafeteira, fazendo um paralelo com os processos de formação de identidade territorial e patrimonialização da franja oeste-sul do estado sul-mato-grossense. Por meio de um estudo bibliográfico, documental e de levantamento qualitativo com pesquisadores acadêmicos de instituições universitárias, inseridos no processo de chancela da referida Paisagem Cultural conclui-se que a franja oeste-sul de Mato Grosso do Sul está em processo de patrimonialização inicial, com base em dois grandes projetos intitulados “Paisagem Cultural Ervateira e “ Itinerário Cultural Caminho para os Ervais” com alcance ainda limitado pela deficiência de formação de grupos gestores interdisciplinares e por insuficiência de recursos financeiros para maior abrangência; todavia, os elementos e projetos de base e vinculados para efetivar o processo são adequados, mas ainda insuficientes, principalmente em termos operacionais.

Palavras-chaves: Patrimônio Cultural; Bens Imateriais; Paradigma Natural

1 Introdução

O que se entende por patrimônio? Na concepção tradicional o patrimônio é concebido como uma construção social de um bem material valorado de acordo com sua utilidade. Essa construção mental, presa em um conjunto de regras e normas derivado, principalmente das ciências sociais aplicadas, vem se transformando em virtude de estudos oriundos de ecólogos culturais e das ciências naturais e humanas, a partir dos finais da década de 1960 (RODRÍGUES e NIVIA, 2009).

Segundo Pérez e Salinas (2017, p.132) “*El patrimonio está en la razón intelectual, en los sentimientos y en los intereses (económicos o de otro tipo), y tiene más que ver con los significados (los símbolos) que con los significantes (las realidades materiales)*”. Portanto, a definição de patrimônio tem um caráter também imaterial e simbólico, que evidencia a



chegada de um novo paradigma, um paradigma natural e cultural que permite ver um território como um bem patrimonial que tem na interação natureza e cultura o seu valor percebido. Frente a um novo paradigma entende-se que o patrimônio não é algo natural nem eterno, mas uma construção vinculada a uma percepção social de seu interesse, que tem seu valor associado justamente ao quanto interessante é um bem ou conjunto de bens materiais e imateriais para um determinado grupo humano.

Frente a isso, um território, uma localidade, pode ser vista como um bem patrimonial quando desperta o interesse de um grupo humano, quando recebe valor frente a seus significados, frente a sua natureza, frente a seus meios de recreação, seus símbolos culturais e naturais. Um processo de patrimonialização territorial pode ser um instrumento de desenvolvimento regional em toda acepção do termo, econômico, social, ambiental, portanto sustentável.

Este artigo tem como mote analisar o processo de patrimonialização territorial tendo como base o efetuado no processo de chancela da Paisagem Cultural Cafeteira Colombiana como patrimônio Mundial da UNESCO, fazendo um estudo análogo com o processo inicial de patrimonialização do território fronteiriço da franja oeste-sul do estado de Mato grosso do Sul, Brasil, de iniciativa da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) via Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS), localizado na unidade universitária de Ponta Porã-MS.

Este artigo está estruturado em seis seções, sendo a primeira essa introdução. A segunda seção aborda a evolução do conceito de patrimônio e o processo de patrimonialização de territórios. A terceira seção se encarrega de apresentar os materiais e métodos utilizados para elaboração desse estudo. A quarta seção busca relatar de forma sucinta o processo de patrimonialização do eixo cafeeiro colombiano, mais especificamente da região conhecida como Paisagem Cultural Cafeteira Colombiana (PCCC). A quinta seção mostra as ações empreendidas pelos pesquisadores e extensionistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) em uma proposta inicial de desenvolvimento do território da franja oeste-sul do estado de Mato Grosso do Sul, caracterizada por elevados índices de pobreza e concentração de renda, por meio de um processo de patrimonialização alicerçado em várias ações convergentes. Na mesma seção é elaborada uma comparação entre os processos do eixo cafeeiro com o empreendido pela UEMS em Mato Grosso do Sul. Por fim, encerra-se com uma breve conclusão sobre o estudo.



2. Patrimônio e Patrimonialização

No Brasil a conservação do Patrimônio histórico é algo relativamente recente, não foi até a década dos anos trinta do século passado quando se instaurou a atual lei do patrimônio que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional onde no DECRETO-LEI Nº 25, de 30 de novembro de 1937 diz,

CAPÍTULO I

DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pelo indústria humana.

A proteção da paisagem como elemento desenvolvido pela ação humana já era contemplada nessa lei que começava a dar a importância necessária ao patrimônio histórico artístico nacional.

Não obstante, pese a que muitas ações foram realizadas desde então no Brasil existe ainda uma escassa cultura da preservação patrimonial. Se faz necessário ações educativas de sensibilização para qualquer iniciativa a ser realizada. Algo que temos muito presente nos projetos a serem desenvolvidos derivados da nossa pesquisa.

Patrimônio é entendido como a valorização de bens materiais e imateriais. O patrimônio é um construto mutante, pois hoje já toma formas distintas de um passado



recente, onde não existia a valoração da paisagem, mas apenas de monumentos arquitetônicos de diversas civilizações, onde era valorado o bem tangível, sendo que uma mudança de paradigma, conhecido como paradigma natural (RODRIGUÉZ e NIVIA, 2009), busca uma associação da natureza e da intervenção do homem como sendo um patrimônio a ser preservado.

Nos últimos anos, o conceito "patrimônio cultural" adquiriu um peso significativo no mundo ocidental. De um discurso patrimonial referido aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados de uma civilização, se avançou para uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas. Desta maneira, múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomias, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais na esfera local, estadual, nacional ou internacional (ZANIRATO e RIBEIRO, 2006, p.251).

Nota-se a mudança na percepção de patrimônio cultural, abrangendo bens intangíveis e imateriais numa clara relação homem/natureza. Os mesmos autores colocam que os bens materiais e imateriais que fazem parte do patrimônio cultural são manifestações da cultura humana" e imprescindíveis para a conformação da identidade cultural de um povo. Continuam eles afirmando que quando se aborda do patrimônio natural, a avaliação é ainda mais significativa, pois está imbuído de salvaguarda dos recursos materiais e do conhecimento tradicional dos usos desses recursos e, também, na preservação de informações genéticas para o futuro.

Visto isso, a patrimonialização de territórios associando a cultura e a natureza, o homem e o ambiente, possui uma forte preocupação com a sustentabilidade dos territórios, com suas diversidades o que, em teoria, impacta a vida no espaço. Dar uma valoração ao território auxilia na sustentabilidade, pois pressupõe, também, o uso econômico do local pelas populações residentes de forma a salvaguardar a natureza e a cultura, pois sem esse conjunto, o patrimônio se esvai e todo o processo econômico sustentável vai com ele. Além disso, a patrimonialização do território pode auxiliar na diversificação de sistemas produtivos, possibilitando maior fluxo de renda e investimento circular, sem contar o fomento aos sistemas produtivos já estabelecidos.

Patrimonio y patrimonialización implican asignación de valores a determinados bienes, ya sea por parte de un grupo humano que proyecta en ellos su identidad, ya sea por parte de las instituciones (políticas, académicas, etcétera) que les atribuyen cualidades artísticas, simbólicas, conmemorativas, técnicas, etcétera. El patrimonio se identifica con ciertos elementos de carácter material o inmaterial (una catedral gótica, una formación natural, un oficio tradicional, etcé-



tera), pero, en realidad, el patrimonio no es tanto el elemento en sí como el valor que se le atribuye. (ZAMORA, 2011, citado por PERÉZ e SALINAS,2017, p.132)

Peréz (2018) aborda o processo de patrimonialização do território como um levantamento da infraestrutura, que corresponderia ao esqueleto da formação do patrimônio, onde seriam caracterizados os componentes naturais do território; a estrutura, onde há uma apropriação cultural, com base em uma construção histórica da memória das populações residentes, em princípio; e, por último, a superestrutura, que corresponde as regulações do território, leis, normas, que auxiliem a salvaguarda dos recursos patrimoniais envolvidos.

Frente a isso, o processo de patrimonialização requer um levantamento dos bens naturais do território ou localidade, um processo de fomento de apropriação cultural pelas populações residentes e uma ação de governança e institucional que busque a preservação do elemento patrimonial.

3. Materiais e Métodos

Este estudo tem base em um levantamento exploratório histórico documental e bibliográfico com análises qualitativas baseadas em hermenêutica, que corresponde a uma metodologia interpretativa pelo conjunto de pesquisadores de diversos saberes. A interpretação dos elementos qualitativos se deu a cerca do discurso dos pesquisadores de instituições universitárias colombianas que de alguma forma participaram do processo de patrimonialização da eixo cafeeiro, mais especificamente da Paisagem Cultural Cafeteira Colombiana (PCCC).

4. Processo de patrimonialização da Paisagem Cultural Cafeteira Colombiana

Esta seção esta baseada em trabalhos publicados sobre a patrimonialização do bem cultural Paisagem Cultural Cafeteira Colombiana e por conversas direcionadas com dois pesquisadores que participam dos estudos sobre território e cultura ligados a paisagens culturais, em especial a PCCC. Um pesquisador é antropólogo, docente da Universidade de Caldas e pertencente ao programa de doutorado em estudos territoriais da mesma universidade, adiante chamado de Pesquisador A. O outro faz parte do grupo de estudos sobre território e cultura, com sede na Universidade de Caldas, mas é docente da Universidade Nacional de Educação à Distância (UNED), de Madri, Espanha, com formação em geologia e que estuda a PCCC, adiante tratado como Pesquisador B.



O processo de patrimonialização de uma paisagem cultural é bastante complexo, pois demanda uma abordagem sobre bens naturais e culturais do território e tem a necessidade de ampla participação social, partindo sempre de necessidades regionais. A análise das conversas com pesquisadores A e B geram duas categorias distintas que devem ser observadas em um processo de patrimonialização: i) manejo e ii) participação de atores. Com realção a primeira categoria percebe-se uma necessidade de planejamento de manejo da PCCC e um acompanhamento desse plano, que é a ação gerenciada por atores que se responsabilizam, que dizem respeito, em parte a segunda categoria.

*“La necesidad de manejo, sostenimiento y gestión que permitiera una apropiación integral con unos claros planes de manejo. Todo lo cual se potenció como el medio de hacer que **una cultura que se había construido en torno al café como producto y práctica, pudiera ser valorada y potenciada.**” (PESQUISADOR A).*

Percebe-se que o processo de criação da PCCC elege a cultura tradicional do café como elemento cultural prioritário, onde o entorno é valorado em virtude desse sistema, sempre baseado no plano de manejo do PCCC. Frente a isso, o Pesquisador B coloca que a PCCC parte de um plano de manejo que se alicerça em objetivos que buscam o fomento da competitividade da atividade cafeeira; a promoção do desenvolvimento das comunidades cafeeiras e seus entornos; a conservação, a revitalização e a promoção do patrimônio cultural articulando com o desenvolvimento regional; o fortalecimento do capital social cafeeiro; o impulso a integração e o desenvolvimento regional; e, por fim, o apoio a sustentabilidade produtiva e ambiental da PCCC.

Para atender esses objetivos, conforme apontado por Velásquez (2016) foi necessário definir uma estrutura institucional e foi celebrado convênio interinstitucional e de cooperação entre o Ministério de Cultura, as “governaciones” dos departamentos que compuseram a Paisagem Cultural Cafeteira Colombiana e o grêmio cafeeiro, que foi representado pela Federação Nacional de Cafeteiros. Velásquez continua salientando que o Ministério da Cultura expediu normas para a preservação da PCCC, onde se reconheceu a PCCC como patrimônio da Nação Colombiana.

Vê-se a necessidade de participação de atores, nesse caso, pertencentes também ao poder público e as instituições de caráter privado. Nesse contexto, a categoria “participação de atores” é abordada pelos pesquisadores de forma a corroborar com essa afirmação de Velásquez.



O processo de desenvolvimento de um patrimônio cultural depende da criação de equipes multidisciplinares que consigam perceber diversos aspectos culturais e naturais do território (Pesquisador B). Segundo o mesmo pesquisador foi necessário para o processo de valoração a participação ativa da academia com estudantes, professores e voluntários em sessões de trabalho que buscassem uma construção coletiva dos valores e para a garantia de transmissão de conhecimentos para as futuras gerações. Para o pesquisador, fica claro a necessidade de uma atuação firme e de um projeto consolidado das instituições de pesquisa para fomento e disseminação de conhecimento dos bens patrimoniais ao longo do tempo.

Além da academia, o poder público, as autoridades municipais e departamentais se comprometeram com a PCCC e fizeram-se presentes em cada etapa do processo fornecendo técnicos e profissionais para apoiar o processo de levantamento de bens naturais e culturais (PESQUISADOR B). Essa afirmação é corroborada pelo Pesquisador A, que salienta que *“la actitud de los gobernantes y de la gente local a través de la sensibilización de esta declaratoria los puso en una valorización distinta. De esa forma de valorización surgieron tanto proyectos productivos de todo tipo (turismo, de consumo de productos, etc...) así como, sino también una visibilización de cultura cafetera.”*

Para Duis (2002), a busca pela determinação da PCCC como patrimônio partiu de um instrumento para planificação do território e de destino turístico como uma alternativa de desenvolvimento econômico, pois a intenção de encontrar soluções de desenvolvimento partiram da situação socioeconômica e da necessidade de alternativas econômicas para a região. Para o autor a situação regional, acalentada pela crise do cultivo do café auxiliou na mobilização dos atores para buscar a valoração do território. Nesse tocante, o pesquisador A salienta a mesma crise :

“Hay que admitir que en 1987 hubo una crisis cafetera que llevó a la disminución significativa de la producción y que esta iniciativa de declaratoria de paisaje se hizo también pensando en salvaguardar y estimular la trayectoria de esta historia cultural, más allá de la producción en masa del café.” (PESQUISADOR A)

Concluindo, o processo de patrimonialização é bastante complexo, demanda participação de diversos atores e conscientização da população local. Além disso, é necessário um plano de manejo e este deve basear-se em levantamentos da situação do território e de suas possibilidades. Uma atuação de atores de centros de pesquisa, das instituições privadas e da administração pública se fizeram fundamentais para a declaratória de patrimônio da PCCC.



5. Paisagem Cultural Ervateira e Itinerário Cultural “Caminho para os Ervais” como projetos de patrimonialização do território

Os projetos de desenvolvimento e patrimonialização do território Paisagem Cultural Ervateira e Caminho para os Ervais nasce de estudos documentais que visavam o fortalecimento da identidade territorial local em virtude de detecção de pouco conhecimento da população residente sobre sua história, sua cultura, com exceção do conhecimento empírico e do uso da Erva Mate. A região sul do Estado de Mato Grosso do Sul foi palco de exploração de ervais nativos, mesmo antes da colonização portuguesa e espanhola. A exploração inicial se dava para consumo da erva mate pelas populações originárias, principalmente para elaboração de bebida pela infusão. No entanto, a exploração comercial se dá em grande escala após a chamada Guerra Guassu (ou Guaçu), que significa guerra grande, que envolveu o Paraguai e a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai). Essa exploração foi realizada por meio de monopólio concedido pelo Império Brasileiro para a Cia. Matte Laranjeira para exploração dos ervais nativos de toda a região sul do então Mato Grosso, hoje, Mato Grosso do Sul.

Documentos cartográficos, datados de antes da Guerra Guassu e posteriores a Guerra mostram grande parte do sul de Mato Grosso e Paraguai repleto de ervais ou “*yerbales*”. Esses mesmos documentos trazem um caminho, provavelmente utilizado inicialmente por indígenas, que, no atual território Brasileiro, liga os municípios de Paranhos, hoje no Mato Grosso do Sul, na divisa do sul do estado com terras Paraguaias, e o município de Miranda, que marca o início do Pantanal sul-mato-grossense, passando pela atual linha de fronteira em diversos municípios, que em sua grande maioria fizeram parte da exploração ervateira pelos contingentes endêmicos de ervais em suas terras. Esse caminho é denominado em algumas partes de “*Camino para los yerbales*”.

Figura 1. Detalhe do "Mapa de América del Sur desde el Ecuador hasta el Estrecho de Magallanes".



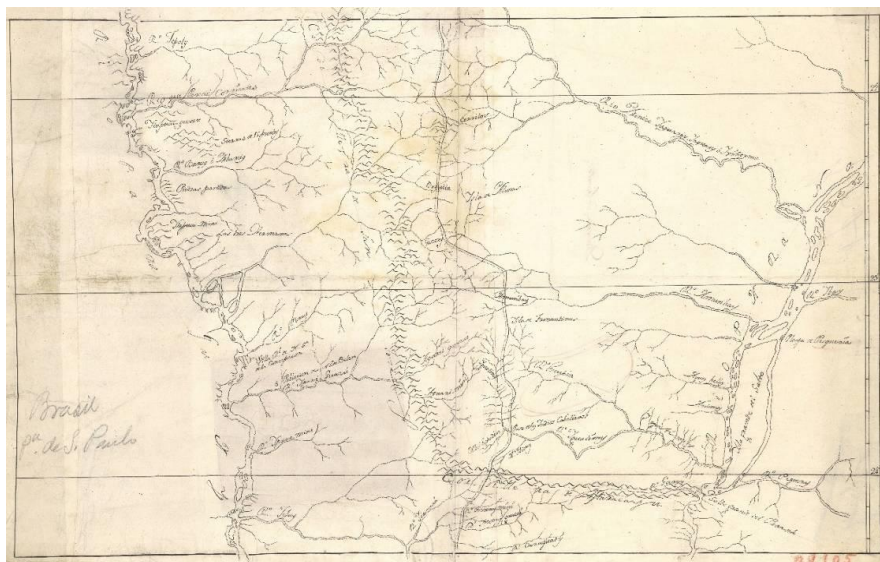
Fonte; Archivo General de Indias (Sevilla, España) Consejo de Indias (España) Código de Referencia: ES.41091.AGI/27.3//MP-BUENOS_AIRES,4. Disponível em: <
<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/16777>> Acesso em: 12/03/2019

Figura 2. BVPB (2010b) Provincia de Mato Grosso (17--?) - Sáa y Faria, José Custodio de, m. 1792.



Fonte: Biblioteca Virtual del Patrimonio Bibliográfico. Disponível em: <
<http://bvpb.mcu.es/es/consulta/registro.cmd?id=434419>> Acesso em: 20/03/2019

Figura 3. BVPB (2010c) Província de Sao Paulo. Título tomado de anotações em el mapa. Al verso, "División de límites". Pertenece a los planos levantados por la Comisión de Límites del Sur del Brasil.



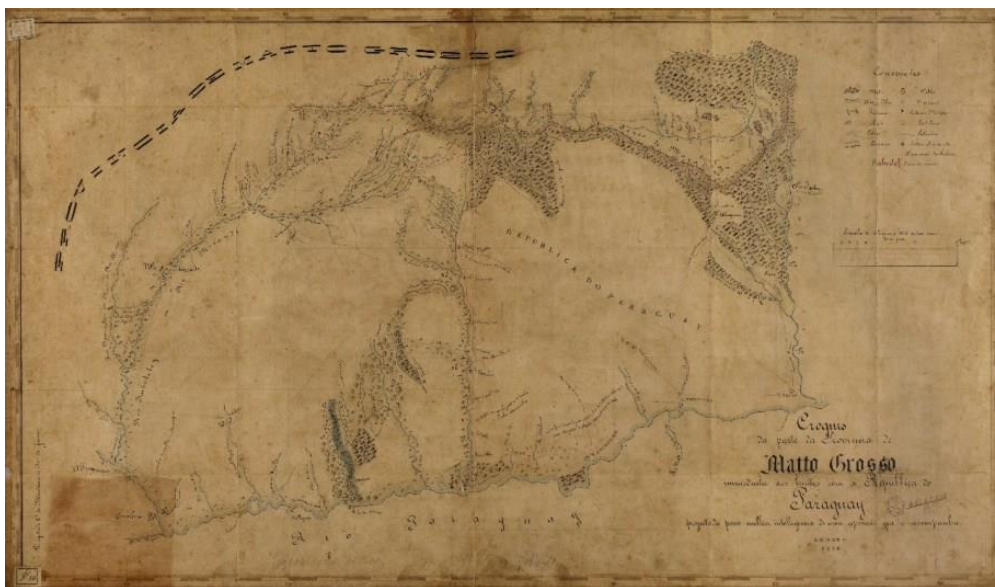
Fonte: Biblioteca Virtual del Patrimonio Bibliográfico. Disponível em: <http://bvpb.mcu.es/es/consulta/registro.cmd?id=434417> Acesso em: 20/03/2019

Figura 4. BVPB (2010a) Detallhe do "Plano del Virreinato de Buenos aires en el qual se halla remarcada la linea divisoria y los marcos que en ella se pusieron desde Castillos en la Costa del mar hta la bsoca del Jaury por la 2a 3a y 4a Partida de la demarcacn de 1759 / yan debio ser trazado este mapa con areglo a los elementos y noticias que adquirieron en aquel entonces estos demarcadores y las partes por donde hizieron sus viajes como el Parana, Paraguay, Igatimi seran particularmente designadas con bastante esxactitud haviendo estado empleado el dho Custodiado por parte de Portugal en la expresada demarcación ; copiado en 1801 para Hidrográfico de Madrid'



Fonte: Biblioteca Virtual del Patrimonio Bibliográfico. Disponível em: <http://bvpb.mcu.es/es/consulta/registro.cmd?id=434612> Acesso em: 20/03/2019

Figura 5. BNDIGITAL (2012) CROQUIS da parte da Província de Matto Grosso imediata aos limites com a República do Paraguay projectada para melhor intelligência de uma exposição que o acompanha. 1876. 1 mapa ms, col, 48,5 x 85cm em folha de 52 x 89.



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart249890/cart249890.html>. Acesso em: 20/03/2019

Em trabalhos prévios (BUSON, 2018) já indicamos os mapas que fazem parte do caminho estudado. O primeiro documento onde aparece registrado este território e sua rede de caminhos é o mapa atribuído a Ruy Díaz de Guzmán e Irala que se encontra no Arquivo das Índias na Espanha (Figura 1). Ainda que seja tosco na sua elaboração e um documento bastante exato e detalhado, mostrando-nos a localização daqueles assentamentos no território assim como seus primitivos nomes. Assim nos documentos cartográficos, tem especial importância os mapas e documentos da comissão da primeira comissão de limites (Figura 2, 3, 4) do espanhol Andrés de Oyarvide e do português José Custodio de Súa e Faria de 1759 obtidos no arquivo do Museu da Marinha em Madri e obras posteriores indicavam a presença de esse itinerário que servia como caminho de entrada ao território. Para finalizar está breve aproximação histórica do território nos encontramos com os materiais levantados já no século XIX pela última comissão de limites depois da guerra da tríplice Aliança entre os comissários do Brasil e Paraguai. No mapa do Mato Grosso de 1876 (Figura 5). “*Croquis da parte da Província de Matto Grosso imediata aos limites com a República do Paraguay projectada para melhor intelligência de uma exposição que o*

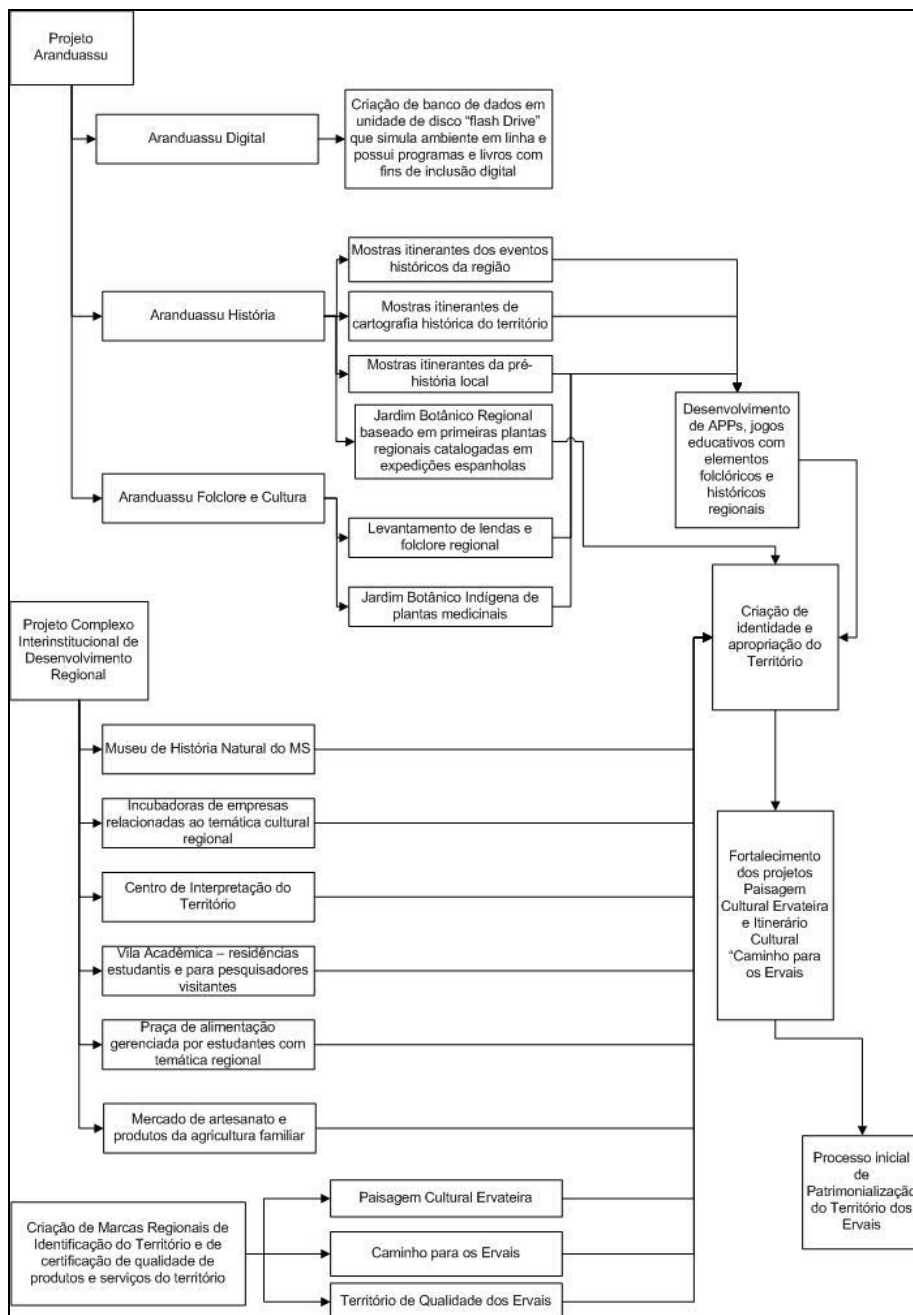


acompanha” descreve detalhadamente toda uma rede de caminhos que faz parte da nossa proposta de trabalho de itinerário cultural.

Tendo em conta as pesquisas dos diversos materiais históricos consultados dispomos de uma autenticidade requerida para o desenvolvimento dos projetos requeridos pela UNESCO que nos servem de base documental para todas as pesquisas futuras a serem realizadas.

Com base nos dois grandes projetos busca-se patrimonializar o território inicialmente pela apropriação local. Para tanto criou-se projetos distintos interrelacionados que visam trabalhar desde a identidade territorial até os sistemas produtivos, principalmente vinculados com a patrimonialização de bens imateriais, que são apresentados na figura que segue.

Figura 6 – Projetos desenvolvidos na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul para fins de apropriação territorial



Fonte: Criado pelos Autores

Os projetos Aranduassu, uma conjugação das palavras guarani “Arandu” e “Guassu”, que significam respectivamente conhecimento e grande (grande conhecimento), se subdivide em três vertentes, uma que busca dar inclusão digital para alunos de escolas



públicas do ensino médio, principalmente em localidades com difícil acesso à rede mundial de computadores (internet), contendo conteúdos e softwares educacionais livres, com livros didáticos e informações sobre o território. Outra busca um reconhecimento da população da história local, fazendo uso dos saberes desenvolvidos dentro da Universidade em ações de extensão também voltadas, inicialmente as escolas públicas da região e englobando projetos mais audaciosos que visam à criação de um jardim botânico com resgate de documentação histórica de catalogação de plantas nativas, projeto que depende de parceria com o poder público. Uma terceira vertente do projeto Aranduassu é voltado à cultura e o folclore, com intenção de mostrar elementos folclóricos e resgate da cultura dos povos originários locais, que é vista como elemento de patrimonialização.

O projeto Complexo Interinstitucional de Desenvolvimento Regional é uma ação conjunta, iniciada pelo grupo permanente de estudos e pesquisas em alternativas ao desenvolvimento, do Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos, da UEMS, Unidade de Ponta Porã/MS, em conjunto com a unidade da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, cursos de Ciência da Computação e Pedagogia, o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, unidade Ponta Porã e a Empresa Junior Jekuaave, da UEMS, Ponta Porã, vinculada aos cursos de Ciências Econômicas, Administração e Ciências Contábeis. Esse projeto visa o fortalecimento dos sistemas produtivos locais e do conhecimento social da natureza regional, desde sua pré-história, até os dias atuais, reforçando a cultura ervateira que foi marco na criação de cidades e da exploração do território e, hoje, é fonte alternativa de renda para agricultores familiares e populações indígenas.

O projeto de criação de marcas visa dar identidade ao território e aos sistemas produtivos locais, incluindo o leque de serviços turísticos e de produtos regionais. As marcas foram desenhadas e idealizadas trazendo em sua concepção uma simbologia local, que traz traços naturais e culturais, principalmente com enfoque na erva mate, o que pode ser percebido nos exemplos das marcas Paisagem Cultural Ervateira e Itinerário Cultural Caminho para os Ervais, que são mostradas na figura abaixo.



Figura 7 – Marcas com registro solicitado no INPI dos bens territoriais para a franja oeste sul do MS



Fonte: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – NIT

Nota-se que ambas as marcas trazem folhas que representam a erva mate ou a árvore da erva mate, que está associada à lenda guarani de surgimento dos ervais (informação oral), estão nas duas marcas a representação da serra que a região se encontra e que divide as bacias dos rios Paraguai e Paraná, a conhecida Serra de Maracajú, que também aparece em praticamente todas as cartografias históricas levantadas da região. Na marca do Itinerário, ainda aparece o cruzeiro do sul, que representa estrelas que ajudavam na localização pelos caminhos e, que até hoje são facilmente visualizadas no céu dessa região por não existir obstrução luminosa que facilita a visualização das estrelas no período noturno.

Além dessas ações, que ainda estão em testes pilotos, se tem convênio de cooperação com a prefeitura da Cidade de Amambaí-MS, onde se pretende dar início ao processo de Patrimonialização da Paisagem Cultural Ervateira e está em análise um termo de cooperação técnica entre a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e a Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR). Percebe-se que existe a mobilização de atores, mas ainda de forma frágil, muito por falta de recursos financeiros para realização de ações nesse sentido, mas também há, ainda, pouca participação de outras instituições de ensino e pesquisa, caso que precisa ser solucionado visto o sucesso da PCCC, na seção anterior, onde há uma imensa participação de atores, inclusive para elaboração posterior de um plano de manejo, que ainda não há para esses projetos de desenvolvimento e patrimonialização do território oeste-sul do MS.



Considerações Finais

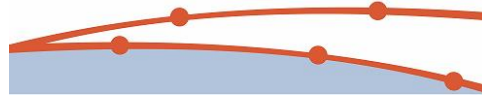
O objetivo deste estudo foi de entender a forma de patrimonialização feita na região cafeeira colombiana, que resultou na chancela de Paisagem Cultural Cafeteira, fazendo um paralelo com os processos de formação de identidade territorial e patrimonialização da franja oeste-sul do estado sul-mato-grossense. Por meio de metodologia qualitativa pode-se observar que há uma série de projetos no Mato Grosso do Sul que visam fortalecer a identidade territorial, principalmente de gerações futuras, que atendem ao processo de patrimonialização do território por meio da sensibilização das comunidades, mas ainda são ações localizadas e incipientes, provavelmente devido a falta de coordenação entre um número maior de atores nos referidos projetos.

Também se observa que falta uma maior articulação entre atores multidisciplinares, da sociedade civil e do poder público nas ações em Mato Grosso do Sul, empreendidas pela UEMS, todavia este processo está começando e já há interesses de atores fora do ambiente universitário. Nota-se a complexidade de patrimonialização e percebe-se que este processo não é algo que envolva poucos recursos, fato que pode atrasar o processo em virtude dos cortes de recursos para pesquisa no Brasil.

Este trabalho limita-se a uma descrição das ações até agora projetadas e/ou realizadas para a patrimonialização do território da franja oeste-sul, mas permitiu um comparativo com o levantado sobre o processo bem sucedido na Paisagem Cultural Cafeteira Colombiana (PCCC) que lhe outorgou a chancela de patrimônio mundial pela UNESCO.

Referências

- BNDIGITAL (2012) CROQUIS da parte da Província de Matto Grosso imediata aos limites com a República do Paraguay projectada para melhor intelligência de uma exposição que o acompanha. 1876. 1 mapa ms, col, 48,5 x 85cm em folha de 52 x 89. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart249890/cart249890.html>. Acesso em: 22 jun. 2018.
- BRASIL (1937) Decreto-Lei nº 25, de 30 de Novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del0025.htm> Acesso em: 12/03/2019
- BUSON, Carlos (2018) Amambay antes de Amambai p23 50. Amambay 70 anos de Historia. Org.Viviane Scalon Fachin, Aparecida Zacharias Rodrigues, Fabricio Antonio Defacci. Dourados.
- BVPB (2010a) Detallhe do "Plano del Virreinato de Buenos aires en el qual se halla remarcada la linea divisoria y los marcos que en ella se pusieron desde Castillos en la Costa del mar hta la bsoca



del Jaury por la 2a 3a y 4a Partida de la demarcacn de 1759 / yan debio ser trazado este mapa con areglo a los elementos y noticias que adquirieron en aquel entonces estos demarcadores y las partes por donde hizieron sus viajes como el Parana, Paraguay, Igatimi seran particularmente designadas con bastante esxactitud habiendo estado empleado el dho Custodiado por parte de Portugal en la expresada demarcación ; copiado en 1801 para Hidrográfico de Madrid” Biblioteca Virtual del Patrimonio Bibliográfico. Disponível em: <<http://bvpb.mcu.es/es/consulta/registro.cmd?id=434612>> Acesso em: 2/03/2019

BVPB (2010b) Provincia de Mato Grosso (17--?) - Saa y Faria, José Custodio de, m. 1792. Biblioteca Virtual del Patrimonio Bibliográfico. Disponível em: <<http://bvpb.mcu.es/es/consulta/registro.cmd?id=434419>> Acesso em: 9/03/2019

BVPB (2010c) Provincia de Sao Paulo. Título tomado de anotaciones en el mapa. Al verso, "División de límites". Pertenece a los planos levantados por la Comisión de Límites del Sur del Brasil. Biblioteca Virtual del Patrimonio Bibliográfico. Disponível em: <<http://bvpb.mcu.es/es/consulta/registro.cmd?id=434417>> Acesso em: 20/03/2019

DUIS, U. la valorización cultural, social y turística de los recursos culturales y naturales como instrumento para la Planificación turística, la conservación del Paisaje cultural cafetero y el desarrollo sostenible del territorio turístico. Turismo y Sociedad. Creece, 2002

PERÉZ, R. La patrimonialización de los territorios. Una cuestión de miradas y de escalas. De la radialidad a la red. Nuevas perspectivas para el análisis, el planeamiento y el gobierno del territorio ibérico. Grupo de Toledo Barcelona, 19 de abril 2018

PERÈZ, R. y SALINAS, V. F. El nuevo paradigma del patrimonio y su consideración con los paisajes: Conceptos, métodos y prospectivas. Documents d'Anàlisi Geogràfica vol. 63/1 129-151, 2017.

RODRÍGUEZ, D.M. e NÍVIA, A. D. El paisaje Cultural Cafetero: reflexiones desde La diversidad agrícola y las percepciones hittóricas de la naturaleza y la cultura. In: LOPEZ, C. y HERNANDEZ, V. (comp.) Diálogos entre saberes, ciencias y ideologías en torno a lo ambiental. Universidad Tecnológica de Pereira: Facultad de Ciencias Ambientales. Publiprint: Dosquebradas, Risaralda, Colombia, 2009.

VELASQUEZ, L. M. El Primer Quinquênio de La declaratória del PCCC. In: CARDONA, F. (coordinador) La caficultura como patrimonio cultural, social y productivo – Paisaje Cultural Cafetero de Colombia: cinco años como patrimonio mundial Manizales: Ministerio de Cultura: Federación Nacional de Cafeteros, 2016.

ZANIRATO, S. H. e RIBEIRO, W. C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável Rev. Bras. Hist. vol.26 no.51 São Paulo Jan./June 2006